|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Logotipo  Descrição gerada automaticamente | **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO****Secretaria Federal de Controle Interno**Coordenação-Geral das Áreas de Logística, Transferências da União e TCE (CGLOT/DG)/Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso (CGU-R/MT) | **Auditoria de Licitações****Rev. 02**10/01/2024 |
| CHECKLIST – AUDITORIA DE LICITAÇÕES NA LEI Nº 14.133/2021 (FASE PREPARATÓRIA) |
| **Objetivo:** Verificar a ocorrência de possíveis inobservâncias aos normativos e jurisprudência do TCU relativas às contratações públicas.  |

Resposta desejada: **Não** para todas as questões

| **Procedimentos** | **Critério** | **S** | **N** | **N/A** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. Estudos Técnicos Preliminares (ETP)** |
| **1.1 Descrição da necessidade** |
| 1.1.1 - Na descrição da necessidade, a organização indicou diretamente a solução (bem, serviço ou obra), quando deveria detalhar a necessidade?  | Inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 1.1.2 – Há indício de que a necessidade seja ilegítima, falsa ou inexistente, somente para justificar uma contratação?  | Inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 90/2022 – P |  |  |  |
| **1.2 Estimativa de Quantidades** |
| 1.2.1 - As quantidades licitadas são **incompatíveis** com a demanda? | Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021; inciso III do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU nº 2321/2020 - P e 989/2023 - P |  |  |  |
| 1.2.2 – Falta memória de cálculo e documentos que dão suporte às estimativas de quantidades? |  |  |  |
| **1.3 - Estimativa de Preços** |
| 1.3.1 - Os preços de referência estão fora da **margem aceitável de mercado**? | Art. 23 da Lei nº 14.133/2021; IN Seges nº 65/2021; Acórdão TCU nº 1.819/2018-P; Acórdão nº 90/2022-P. |  |  |  |
| 1.3.2 - Há vínculo entre fornecedores que ofereceram orçamento para estimativa de preços?  | Acórdão TCU nº 4.561/2010-1  |  |  |  |
| 1.3.3 – A estimativa de preços deixou de considerar o **quantitativo** estimado a ser contratado ou foi feita cotação com fornecedores de quantitativos inferiores ao contratado?  | Acórdão TCU nº 301/2021 – P |  |  |  |
| 1.3.4 - Em se tratando de orçamento sigiloso, houve disponibilização prévia do valor orçado a algum licitante? | Art. 13, I e art. 24 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 1.3.5 - Se a proposta de preços estava com valores inexequíveis, houve desclassificação do licitante sem que lhe fosse dada a oportunidade de justificar?  | Art. 33 da IN Seges nº 73/2022; art. 59 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 2961/2019-P, 2233/2022 – P |  |  |  |
| **1.4 Parcelamento ou não objeto** |
| 1.4.1 - Nos editais das licitações cujo objeto seja divisível, houve falta de **parcelamento** do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de adjudicar por item e adjudicou o objeto pelo menor preço global? | Inciso II do art. 47 e também no inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021; Inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021; Súmula 247 do TCU |  |  |  |
| **1.5 Levantamento de Mercado** |
| 1.5.1 – Inexiste no ETP levantamento de mercado para definição da melhor solução?**Obs.:** Quando se tratar de compra, locação ou acesso a bens, obrigatoriamente deve ter levantamento de mercado, conforme exigido pelo art. 44 da Lei nº 14.133/2021 e alínea “c”, III, do art. 9º da IN Seges 58/2022. | Inciso V, §1º, do art. 18 da Lei nº 14.133/2021; Art. 44 da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU nº 120/2018-P, 6767/2020-1C, 2432/2021-2C ; IN 58/2022 |  |  |  |
| **1.6 Vinculação aos instrumentos de planejamento** |
| 1.6.1 – Falta no ETP indicação do item do Plano de Contratações Anual (sempre que elaborado), Plano Diretor de Logística Sustentável e Planejamento Estratégico, se houver, a que a contratação se refere? | Art. 18, §1º, II; art. 7º da IN nº 58/2022 e §1º do art. 8º da Portaria Seges nº 8.678/2021 |  |  |  |
| 1.6.2 – Houve elaboração *pro forma* do ETP? (ETP elaborado depois do Termo de Referência) | Acórdão nº 2037/2019 e 122/2020 - P; incisos I e V, do art. 6º, do Decreto-Lei nº 200/67 |  |  |  |
| **2. Termo de Referência (TR)** |
| **2.1 Especificação do Objeto** |
| 2.1.1 - O objeto licitado está definido de forma **imprecisa e insuficiente**? | Art. 18, II; § 1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021; Súmula/TCU nº 177. |  |  |  |
| 2.1.2 - Há especificações que **direcionam** a contratação para determinado **fornecedor**? | § 1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 2001/2019-P; Acórdão TCU nº Acórdão nº 214/2020-Plenário |  |  |  |
| 2.1.3 - Há **indicação** de **marca** no Projeto Básico/Termo de Referência sem justificativa? | Art. 41 e 42 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão nº 535/2022-P; Súmula nº 270 |  |  |  |
| 2.1.4 - Há **vedação** de **marca ou produto** no Termo de Referência/Projeto Básico sem justificativa? | inciso III do art. 41 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 2.1.5 – A Unidade deixou de utilizar, obrigatoriamente, os modelos de Termo de Referência, Aviso de Contratação Direta e Termo de Contrato de itens já padronizados (por exemplo: água mineral natural, sem gás, café e açúcar)? | Art. 10 da Portaria nº 938/2022. |  |  |  |

|  |
| --- |
| **4. Edital**  |
| **4.1 Preâmbulo** |
| 4.1.1 – O edital deixou de exigir declaração de que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas? | Inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 4.1.2 - Em se tratando licitação presencial em município com mais de 20 mil habitantes, a Unidade deixou de apresentar justificativas para não realização do processo eletrônico e gravação da sessão em áudio e vídeo? | § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| **4.2. Condições de Participação** |
| 4.2.1 - O edital veda a participação de **consórcios** sem a devida motivação? Obs.: A motivação também pode estar no ETP, TR ou no processo de contratação.  | Art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Ac nº 3.129/2019-P e 1328/2022 - P |  |  |  |
| 4.2.2 - Para obter o edital, exige-se **valor incompatível** com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada? | Art. 176, parágrafo único, II da Lei nº 14.133/2021; Acórdão nº 2.749/2011-TCU-P  |  |  |  |
| 4.2.3 - Houve proibição de participação de empresas com **sócios em comum** ou empresas de mesmo **grupo econômico**? (Exceto dispensa de licitação). | Inciso V do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 4.2.4 - Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, **amostras** a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação (julgamento), do licitante provisoriamente em primeiro lugar? | § 2º e 3º do Art. 42 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 6.121/2020-1C, Acórdão nº 2.640/2019-P e 7246/2022-1C. |  |  |  |
| 4.2.5 – Foi vedada a participação de empresa em recuperação judicial? Obs.: Não há essa vedação na Lei nº 14.133/2021 | Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| **4.3. Habilitação Jurídica** |
| 4.3.1 - Exige-se **alvará de funcionamento** que comprove **localização** específica do licitante? | Art. 66 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão 855/2009-TCU-P, Acórdãos TCE/MT 1.199/2014-TP e Acordão 3.047/2015 – TP. |  |  |  |
| 4.3.2 - Foram aceitos como válidos atestados de capacidade técnico-operacional que dizem respeito a serviços executados em data anterior à alteração do contrato social? | Acórdão TCU nº 642/2014 – P |  |  |  |
| 4.3.3 - Houve desclassificação de empresa por não possuir CNAE compatível com objeto, sem verificar o contrato social? | Acórdão TCU nº 2207/2022 - P |  |  |  |

|  |
| --- |
| **4.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista** |
| 4.4.1 - Exige-se “**quitação**” em vez de “**regularidade**” fiscal?  | Art. 68 da Lei nº 14.133/2021; Súmula TCU nº 283, de 26/06/2013; Acórdão 35/2015 – SC do TCE/MT. |  |  |  |
| 4.4.2 - Exige-se certidão negativa de débitos trabalhistas em nome do sócio? | Art. 68 da Lei nº 14.133/2021; Ac TCU nº 628/2019-P. |  |  |  |
| 4.4.3 - Houve exigência de quitação com o CREA? | Inciso V do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 2126/2016, 655/2016 e 1357/2018, todos do Plenário |  |  |  |
| **4.5. Qualificação Técnica** |
| 4.5.1 - Exige-se número **mínimo, máximo ou fixo** de atestados? | Inciso I e II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Ac. TCU 3123/2021 - P  |  |  |  |
| 4.5.2 - O edital exigiu nos atestados comprovação de quantitativo mínimo de serviços prestados superiores a **50%** do quantitativo a executar? | Art. 67, § 2º; Ac. TCU nº 1251/2022 – 2C; Acórdão TCU nº 1221/2020 - P |  |  |  |
| 4.5.3 - Foi exigida qualificação técnica em relação a **parcelas pouco relevantes** do objeto licitado?  | § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU 1948/2022 – P; Súmula TCU 263/2011. |  |  |  |
| 4.5.4 – Foram aceitos atestados de capacidade técnico-profissional de pessoas que deram causa a sanções? | § 12º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| 4.5.5 - A qualificação técnica exige profissional do **quadro permanente**, restringindo a forma de comprovar esse vínculo (somente carteira de trabalho, por exemplo), sem permitir que se comprove por meio de contrato de trabalho regido pela legislação civil comum? | Acórdãos nºs 2.361/2018-P, 409/2020-P; 1336/2022 – 2C; Súmula 272 do TCU |  |  |  |
| 4.5.6 - Houve exigência de **visita técnica** obrigatória e realizada somente pelos responsáveis técnicos da licitante? | § 2º e § 3º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 3301/2015, 2361/2018, 170/2018, 1246/2022 - P |  |  |  |
| 4.5.7 - Foi exigido indevidamente que os atestados estejam acompanhados de cópias de **notas fiscais ou contratos**? | Inciso I e II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Ac TCU 796/2022 - P |  |  |  |
| 4.5.8 - Exige-se certificado de **qualidade** que não é obrigatório por lei como requisito de habilitação? (Exemplos: ISO, ABIC, CBQPH, etc). | Artigo 37, inciso XXI, da CF, § 1º do art. 42 da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU nºs 381/2009 e 3.291/2014 - P |  |  |  |
| 4.5.9 - O edital vedou o **somatório de atestados** para comprovação da quantidade mínima de serviço compatível com o objeto licitado sem justificativa? | Inciso I e II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU nºs 7.105/2014-2C, 8.677/2019-2C, 409/2020-P, 1.019/2020-P. |  |  |  |
| 4.5.10 - O edital proibiu a apresentação de atestados emitidos por empresas do mesmo **grupo econômico**? | Inciso I e II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 2.241/2012 e 451/2020 - P |  |  |  |
| 4.5.11 - Foi exigido atestado com limitação de tempo? Por exemplo, comprovação que já executou serviço compatível nos últimos 5 anos.  | § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 2205/2014 – 2ª Câmara |  |  |  |
| 4.5.12 - Foi exigido comprovação de Capital Circulante Líquido CCL em contratação de serviço **SEM** dedicação exclusiva de mão de obra? | Ac. TCU nº 790/2022 - P |  |  |  |
| 4.5.13 - Houve exigência indevida de registro no conselho profissional (CREA, CRA etc.)? | Ac TCU nº 2573/2021-P (exigência de Crea para jardinagem). |  |  |  |
| 4.5.14 - Houve exigência indevida de visto do Crea da seção local? | inciso V do art. 67 da Lei nº 14.133/2021; art. 58 da Lei nº 5.194/66 |  |  |  |
| 4.5.15 - Exige-se **Certificado de Boas Práticas** de Fabricação e Controle emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)? | TCU. Ac nºs 2.162/2019-P, 961/2020-P, 1.580/2022 - P |  |  |  |
| 4.5.16 – Houve exigência de atestado de capacidade técnica sem definição de parâmetros objetivos para sua avaliação (definição de parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo)? | Art. 67, I da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU no 2237/2021-P, 2263/2021-P, 3123/2021-P e 5960/2021-2C  |  |  |  |
| 4.5.17 – Foi exigida **carta de solidariedade** emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, sem motivação adequada no processo?  | Inciso IV do art. 41 da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |

|  |
| --- |
| **4.6. Qualificação Econômico-Financeira** |
| 4.6.1 - Exige-se capital social **integralizado**? | Artigo 37, inciso XXI, da CF; § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021. |  |  |  |
| 4.6.2 - A garantia de proposta, se exigida, está acima do percentual de 1% do valor estimado da contratação?  | Art. 58 da Lei nº 14.133/2021  |  |  |  |
| 4.6.3 - Os índices contábeis são **incomuns** e estão **acima** de valores usuais (por exemplo, liquidez acima de 1,5 ou Grau de Endividamento de no máximo 0,3)?  | § 5º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021; Súmula TCU 289/2016. |  |  |  |
| **5. Recursos e Impugnações** |
| 5.1 - O edital exige que a apresentação de recursos e impugnações seja feita somente presencialmente, protocolizando na organização, sem permitir a apresentação por e-mail?  | Acórdão nº 2266/2011 – TCU e Art. 5º, inciso XXXIV e LXXVII, da Constituição Federal |  |  |  |
| 5.2 – As respostas às impugnações e recursos foram genéricas, sem indicar os pressupostos das decisões adotadas, com análise de todo o conteúdo apresentado pelo licitante, de modo a proporcionar efetivamente o contraditório?  | Acórdãos TCU nº 9/2020, 1923/2020, 2076/2021 e 796/2022, todos do plenário |  |  |  |
| 5.3 - O edital limita prazo de impugnação ao horário de funcionamento da organização ou exige que seja protocolizada somente presencialmente? **Obs.:** **Limitação do prazo de impugnação** do edital ao horário de funcionamento da entidade, vez que poderia ser feita pela internet, não exige prontidão para o seu recebimento e não interfere no horário de início da análise de impugnação, sendo tal condição excessivamente formal, pode aceitar até às 23h59min da data limite. | Acórdão TCU nº 969/2022 - Plenário |  |  |  |
| **6. Garantias** |
| 6.1 - O edital deixou de fixar prazo de 1 mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia? | Art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021 |  |  |  |
| **7. Publicidade Precária** |
| 7.1 - Deixou-se de **publicar** os editais e resultados nos meios definidos em Lei? Divulgação obrigatória: i) inteiro teor e anexos do edital no PNCP; ii) extrato no Diário Oficial e Jornal de Grande Circulação. Divulgação facultativa: i) inteiro teor no sítio da entidade e divulgação direta aos interessados; outros documentos da fase preparatória, após a homologação, devem ser publicados no PNCP (obrigatória) e sítio da entidade (facultativo) | Art. 54 da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU nºs 2.622/2015-P e 1.142/2020-P; Lei nº 12.527/2011, arts. 3°, I a V, 5º, 7º, VI, e 8º, §1º, IV, e §2º; |  |  |  |
| 7.2 – A Unidade deixou de publicar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) junto com a publicação do edital? | Inciso II do art. 9º da IN SEGES/ME nº 81/2022; Acórdão 1489/2023 – P; art. 20 do Decreto nº 7.724/2012 |  |  |  |
| 7.3 – Houve disponibilização de planilhas em pdf ou inserção de documentos no Compras.gov.br em formato não editável, que não permita a busca de conteúdo, infringindo a Lei de Acesso à Informação? | Ac. TCU nº 934/2021-P |  |  |  |
| 7.4 – Houve exigência de cadastro prévio para obter o edital e anexos? | §3º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021;  |  |  |  |
| 7.5 - A publicidade do certame é **insuficiente** ou **inadequada** ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade? | Art. 54 da Lei nº 14.133/2021; Acórdão TCU nº 1.142/2020-P; Lei nº 12.527/2011, arts. 3°, I a V, 5º, 7º, VI, e 8º, §1º, IV, e §2º;  |  |  |  |
| **8. Agentes Públicos** |
| 8.1 - Foram designados servidores que desempenham funções essenciais na licitação com vínculo habitual com licitantes ou contratados? **Obs.1** – A proibição de vínculo se estende a eventual subcontratado. **Obs.2** - Um controle poderia ser um documento em que o servidor declare não possuir tal vínculo.  | Art. 7º, inciso III e § 3º. do art. 122 da Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 11.246/2022 |  |  |  |
| 8.2 - O agente de contratação designado não é servidor efetivo ou empregado público do quadro permanente?  | Art. 8º da Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 11.246/2022 |  |  |  |
| 8.3 - O agente de contratação (ou pregoeiro) designado praticou algum ato da fase interna da licitação que pode caracterizar falta de segregação de funções? Ex.: elaboração do ETP, TR, Pesquisa de Preços, edital, etc. | Decreto nº 11.246/2022; §1 do art. 7º da Lei nº 14.133/2021; Acórdãos TCU 3.381/2013 - P e 2.448/2019 – P. |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Brasília/DF, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_** | **Responsável pela análise (nome, cargo)** |